

## Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I e o organograma no ANEXO II.

Apresenta-se no quadro seguinte a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

### Desagregação da caixa e depósitos

Conta	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
<b>Caixa</b>		4 354,74		3 654,11
<b>Depósitos à ordem</b>		3 482 289,41		4 922 006,02
Depósitos bancários à ordem	3 482 289,41		4 922 006,02	
<b>Outros depósitos</b>		220 843,36		130 755,47
Depósitos a prazo	0,00		0,00	
Depósitos de operações tesouraria	44 112,85		15 507,61	
Depósitos de garantias e cauções	176 730,51		115 247,86	
<b>TOTAL</b>		3 707 487,51		5 056 415,60

## Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O balanço e a demonstração de resultados de 2022 foram preparadas de acordo com o SNC-AP e a informação relativa ao ano anterior baseia-se já no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), não necessitando de conversão de saldos e rubricas.

O Município de Vila Franca do Campo adotou pela primeira vez nas demonstrações financeiras de 2020 como normativo contabilístico o novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, o qual apresentou um conjunto significativo de alterações ao nível do reconhecimento e mensuração dos diferentes elementos das demonstrações financeiras face ao anterior normativo contabilístico, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.º-A/99, de 22 de fevereiro.

A IPSAS 33 prevê a adoção faseada do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, possibilitando um período de transição de até 3 anos, com vista ao acomodar pelas entidades de matérias mais complexas. Tendo o Município de Vila Franca do Campo adotado a generalidade dos princípios e normas subjacentes ao novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, verificam-se ainda algumas exceções em matérias de maior complexidade de implementação, conforme previsto na IPSAS 33, as quais, no entanto não desvirtuam a informação prestada, a qual se apresenta completa e material, apresentando de forma fidedigna a situação económica e financeira do Município. O Município de Vila Franca do Campo aplicou assim a prerrogativa do período mais alargado de transição na aplicação das normas NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, NCP 27 – Contabilidade de Gestão e NCP 25 – Relato por Segmentos, as quais não se encontram ainda integralmente implementadas, encontrando-se o Município a desenvolver os procedimentos necessários ou recolher e clarificar a informação necessária para a implementação das mesmas.



*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: "Carmo"  
 - Middle right: "H"  
 - Bottom right: "J", "G", "L", "F"

## Ativos fixos tangíveis

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

## Ativos intangíveis

Todos os ativos intangíveis reconhecidos como tal foram mensurados pelo seu custo.

## Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

## Depreciações e amortizações

As depreciações e amortização correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis e intangíveis respetivamente, decorrentes do gasto com a sua utilização. O método utilizado para o seu cálculo é o das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência a indicada no Classificador Complementar 2 (CC2).

## Contas a receber

As contas a receber de clientes, contribuintes, utentes e outros devedores são reconhecidas inicialmente pelo seu custo. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. Para efeitos de constituição da imparidade, consideram-se as dívidas de terceiros (clientes, contribuintes, utentes e ainda outros devedores) que estejam em mora há mais de seis meses com risco de incobralidade. O seu cálculo é determinado pelas seguintes percentagens:

- 50% da dívida em mora há mais de seis meses e até doze meses;
- 100% da dívida em mora há mais de doze meses.

Não são consideradas de cobrança duvidosa, logo não é possível constituir imparidades às dívidas do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais.

## Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

## Nota 3 – Ativos intangíveis

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

- Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas; **Quadro I**



*Quarta*  
*M*  
*10/9/22*  
*[Signature]*

- Quantia escriturada e variações do período incluindo adições e diminuições. **Quadro II**

## Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim recebimentos.

### Acordo de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	P.de concessão	Valor contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Zonas de estacionamento no concelho	Data Rede, S.A.	--	20 Anos	--	--	--	

## Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

O gasto de depreciações dos ativos inicia-se quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desconhecido.

A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis e as suas variações encontra-se nos quadros seguintes:

- Variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas; **Quadro III**
- Quantia escriturada e variações do período incluindo adições e diminuições; **Quadro IV**

## Nota 7 – Custos de empréstimos obtidos

Informação no Anexo III.

## Nota 9 – Imparidade de ativos

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos e as suas perdas e reversões por imparidade encontra-se no quadro seguinte:

- Imparidades de ativos. **Quadro V**

## Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2022 – custo médio ponderado. Seguidamente será apresentado um quadro com a informação dos valores de inventário movimentado no período.

## Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período			Quantia escriturada final (5)=(1)+(2)-(3)+/- (4)
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Variações inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	29 349,59€	154 619,30€	148 777,52€	-681,53€	34 509,84€
<b>TOTAL</b>	<b>29 349,59€</b>	<b>154 619,30€</b>	<b>148 777,52€</b>	<b>-681,53€</b>	<b>34 509,84€</b>

### Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

Tem por objetivo o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação. Será apresentado de seguida o quadro:

- Rendimentos de transações com contraprestação. **Quadro VI**

### Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviços obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimentos às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviços provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Será apresentado de seguida o quadro:

- Rendimentos de transações sem contraprestação. **Quadro VII**

### Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos processos judiciais que se encontram em curso, instaurados por outras entidades ao Município e após reapreciação jurídica para efeitos de prestação das contas dos respetivos processos que se mantêm de data anterior a 2021, foi entendido manter-se a provisão criada anteriormente sem necessidade de reforço.

#### Provisões

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Refor.	O. aumentos	T. aumentos	Utiliz.	Reversão	T. diminuições	
Garantias a clientes								
Processos Judiciais em curso	100 000,00							100 000,00
Contratos onerosos								
Outras provisões								

### Nota 20 – Divulgação de partes relacionadas

No quadro seguinte indica-se o controlo do Município de Vila Franca do Campo nas suas participadas.

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: "Aure" (signature)  
 - Middle right: "Fut2" (signature)  
 - Middle right: "MA" (signature)  
 - Bottom right: "JA" (signature)

## Entidades relacionadas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participações	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
SDVF - Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social de Vila Franca do Campo	S.A.	Praça da República - 9680-115 V.F.C.	50 000,00	42 500,00	85%		85%
Marina da Vila - Indústria de Marinas e Recreio	E.M.	Rua Eng.º Manuel Martins Mota 9680-909 V.F.C.	25 000,00	25 000,00	100%		100%
Vila Franca Parque	S.A.	Praça da República - 9680-115 V.F.C.		32 374,23	18,87%		18,87%

### Nota final

As notas cuja numeração não se encontra neste anexo não são aplicáveis ao Município de Vila Franca do Campo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



## Anexo I – Caracterização da entidade





## MODELO 8.2 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE (AL)

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
<b>1. IDENTIFICAÇÃO</b>		
Designação: Município de Vila Franca do Campo		
NIPC: 512043701		
Natureza: Autarquia Local		
Endereço postal: Largo da República		
Telefone: 296539100		
Endereço de correio eletrónico: geral@cmvfc.pt		
Sítio da internet: www.cmvfc.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	Não x
Organograma em anexo		

<b>2. LEGISLAÇÃO</b>
Regime Financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Regime Jurídico: Lei 75/2013, de 12 de setembro

3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE	Sim	Não
Serviços Municipalizados		X
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	Influência Dominante	
<b>Entidades Intermunicipais</b>		
AMISM		x
AMRAA		x
<b>Empresas Locais</b>		
Marina da Vila, EM	x	
<b>Empresas Participadas</b>		
SDVF	x	

<b>4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES</b>
O Município de Vila Franca do Campo organiza e executa as políticas municipais planeadas, designadamente nas áreas de equipamento urbano; educação; património; cultura, tempos livres; desporto; saúde; ação social; habitação; proteção civil; ambiente; salubridade e saneamento básico; promoção do desenvolvimento; ordenamento do território e urbanismo.

<b>5. COMPOSIÇÃO DO EXECUTIVO</b>
<b>5.1. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO</b>
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo
Conceição de Jesus P. Botelho Quental
Carlos Manuel Melo Pimentel
Emanuel de Sousa Medeiros
Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa
Eunice Maria Pinheiro Sousa

<b>5.2. NÚMERO DE VEREADORES</b>
Em regime de permanência.....4.
A meio tempo .....x.
Restantes vereadores .....3

*Handwritten signatures and initials:*  
A large signature in blue ink, possibly "Rosa".  
Other initials and marks in blue and black ink, including "A", "H", and "S".



5.3. NÚMERO DE ELEITORES	
Até 10.000 .....	
Mais de 10.000 e menos de 40.000 .....	10430
Igual ou superior a 40.000 .....	

6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
Referencial Contabilístico Utilizado: As demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e foram igualmente aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) considerados relevantes para o Município de Vila Franca do Campo.
Sistema Informático Utilizado: aplicações SNC e SNP da AIRC

7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1. AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade Fiscalizadora - IRAP			
Data da ação - 18/11/2019			
Identificação da ação Inspeção Ordinária aos Órgãos e Serviços Municipais			
Inspeção Extraordinária pela IARTCC - Proc.º 03.02.01.2022.13 - 21/11/2022			
7.2. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS		Data de Aprovação	
		Órg. Executivo	Órg. Deliberativo
Norma de Controlo Interno (1)		03/02/2021	25/02/2021
Regulamentos (todos publicados no sítio da internet)		-	-
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e alterações		28/03/2014	26/06/2014
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão		-	-
7.3. INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		Data de Aprovação	
		Órg. Executivo	Órg. Deliberativo
Revisão Orçamental		30/03/2022	21/04/2022
Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)		-	-
7.4. INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS			
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público			
Marina da Vila			
SDVF			
7.5. DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)		Sim	Não
Transf. de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais			x
Transf. de competências de órgãos do Estado para as entidades intermunicipais			x
7.6. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)		Sim	Não
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias		x	
- Dos órgãos do município nos das entidades intermunicipais			x
7.7. INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL			
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa		----	
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		105	
7.8. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO		Início exercício	Fim exercício
		-	-
7.9. A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA			
- Data da constituição			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício			
- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência			

2022

109  
142  
A

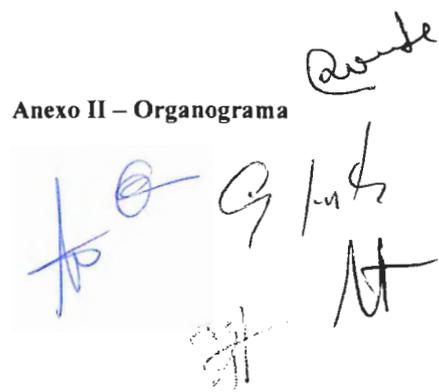


7.10. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
	x	
- Concessionário: Data Rede, Sistemas de Dados e Comunicações SA		
- Objeto da concessão: Exclusivo do Fornecimento, Instalação e Exploração de Parquímetros Coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada no Concelho de Vila Franca do Campo		
- Data da celebração do contrato:29/10/2009		
- Período da concessão: 20 anos prorrogável por dois anos.		
- Natureza da concessão: Concurso Público		
- Início da concessão – 22/01/2007		
7.11. MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não
	x	

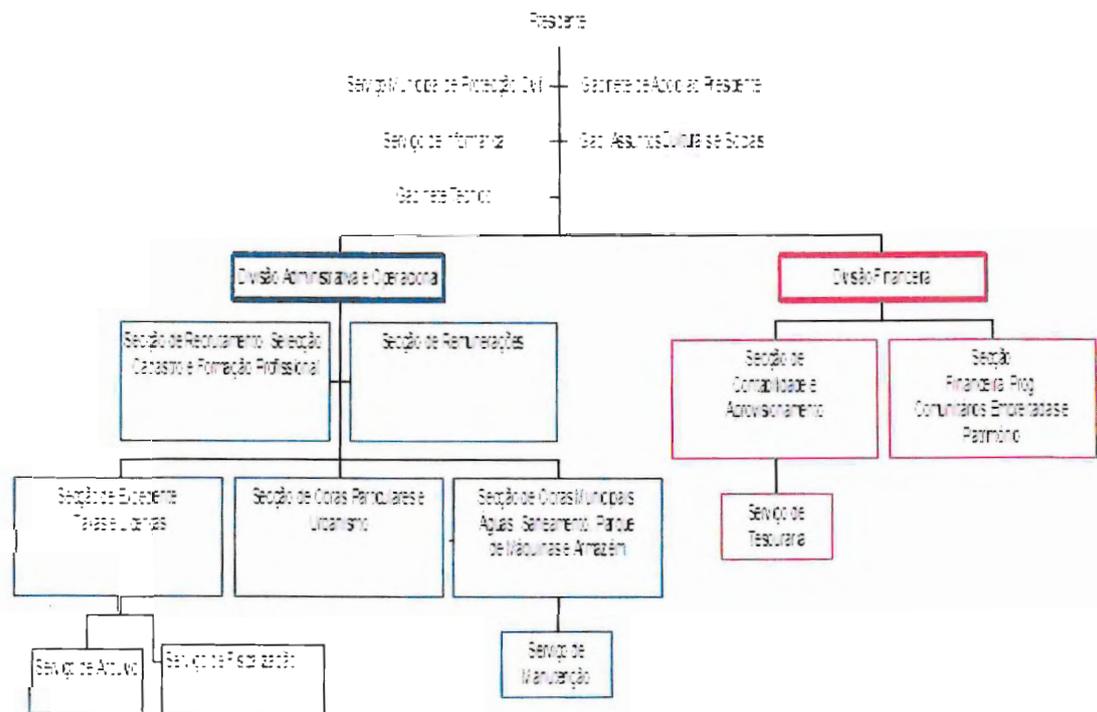
(1) Anexar no separador” Outros documentos”.

*Handwritten signatures and initials in blue ink:*  
A large signature at the top right.  
Below it, several initials and smaller signatures, including one that appears to be "A".

## Anexo II – Organograma



## ORGANOGRAMA



Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

## Anexo III – Empréstimos obtidos – empréstimos bancários

*Handwritten signature in blue ink: J. E. G. Leite*

*Handwritten signature in black ink: J. A. Costa*



MODELO 18 - Mapa de empréstimos



ENTRADA  
Período de registo: 01-01-2022 a 31-12-2022

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto de TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados						Montantes vencidos e não pagos em 31/12		Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)		
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	UTILIZADO	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)		Capital	Juros	Em 01.01			Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014
											Ano N	Previstos após N	Ano N	Previstos após N	Ano N	Previstos após N	Ano N	Previstos após N			Em 01.01	Em 31.12			
Curto Prazo																									
Total CP																									
Médio e Longo Prazo	57487/0019	C.G. Depósitos	20/12/2002	20	23	267	30/12/2003	Aquisição Mater	379 056,41	379 056,41	353 590,11	25 496,30													
Não identificados	1438/047/0019	C.G. Depósitos	04/11/2003	20	19	149	08/01/2004	Aquisição Ter	95 594,00	95 594,00	86 536,55	6 015,75	5 041,59												
	Processo n.º 006/2017	Fundo Apoio Município	11/10/2019	25	3		05/12/2019	PAM	34 126 938,00	33 138 514,85	443 658,23	1 144 658,85	31 550 157,76	1 138 100,27	574 987,49	6 705 126,49									
SubTotal									34 004 318,41	33 616 195,26	883 784,99	1 176 176,31	31 550 239,45		573 244,05			32 694 850,82	31 550 197,76			32 694 856,62			
Médio e Longo Prazo	1328/087/0019	C.G. Depósitos	03/07/2003	20	17	86	16/08/2003	Const. Ponto Recreio	409 351,00	409 351,00	357 039,16	26 034,34	26 297,50												
SubTotal									409 351,00	409 351,00	357 039,16	26 034,34	26 297,50					32 732 410,36	31 556 239,45			477 680,41	32 694 936,62		
Total Médio e Longo Prazo									409 351,00	409 351,00	357 039,16	26 034,34	26 297,50					32 732 410,36	31 556 239,45			477 680,41	32 694 936,62		
Total Geral									35 013 679,41	34 025 546,26	1 240 824,15	1 202 210,65	31 582 526,95		575 647,36			32 784 732,20	31 582 526,95			887 041,41	32 694 856,62		
Total Geral									35 013 679,41	34 025 546,26	1 240 824,15	1 202 210,65	31 582 526,95		575 647,36			32 784 732,20	31 582 526,95			887 041,41	32 694 856,62		

(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar

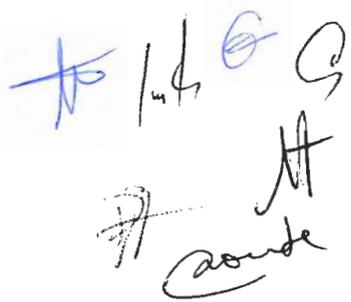
(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constantes do mapa B.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas

(c) Empréstimos que não são considerados para a efetuação do cálculo da Dívida Total

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## Nota 3 – Ativos intangíveis

### Quadros I e II



Handwritten signature in blue ink, appearing to be "A. Costa".

## Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	1 043 084,99	977 514,46	0,00	65 570,53	1 059 401,83	1 018 360,93	0,00	41 040,90
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 776 956,22	1 740 225,34	0,00	36 730,88	1 776 956,22	1 762 801,84	0,00	14 154,38
Ativos intangíveis em curso	80 463,07	0,00	0,00	80 463,07	150 775,59	0,00	0,00	150 775,59
<b>Total:</b>	<b>2 900 504,28</b>	<b>2 717 739,80</b>	<b>0,00</b>	<b>182 764,48</b>	<b>2 987 133,64</b>	<b>2 781 162,77</b>	<b>0,00</b>	<b>205 970,87</b>




## Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	Diminuições		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	65 570,53	16 316,84	0,00	0,00	0,00	0,00	-40 846,47	0,00	0,00	41 040,90
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	36 730,88	19 720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-22 576,50	-19 720,00	0,00	14 154,38
Ativos intangíveis em curso	80 463,07	70 312,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150 775,59
Total:	182 764,48	106 349,36	0,00	0,00	0,00	0,00	-63 422,97	-19 720,00	0,00	205 970,87

**Nota 5 – Ativos fixos tangíveis**

**Quadros III e IV**

*Carinh*

*169*  
*Fato*  
*A*  
*[Signature]*

## Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	449 450,71	187 318,86	0,00	262 131,85	494 980,71	199 801,86	0,00	295 178,85
Edifícios e outras construções	1 685 363,95	209 200,53	0,00	1 476 163,42	1 698 685,85	286 595,06	0,00	1 412 090,79
Infraestruturas	118 363 088,94	52 001 292,97	0,00	66 361 795,97	118 370 364,41	53 541 532,78	0,00	64 828 831,63
Património histórico, artístico e cultural	237 581,23	148 606,25	0,00	88 974,98	277 130,21	151 253,92	0,00	125 876,29
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	1 178 786,55	0,00	0,00	1 178 786,55	3 621 533,68	0,00	0,00	3 621 533,68
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	2 889 629,70	76 980,47	0,00	2 812 649,23	3 104 629,70	80 310,15	0,00	3 024 319,55
Edifícios e outras construções	38 999 538,52	8 885 067,75	0,00	30 114 470,77	40 089 677,77	9 687 700,09	0,00	30 401 977,68
Equipamento básico	1 206 371,49	990 452,63	0,00	215 918,86	1 340 748,96	1 062 836,01	0,00	277 912,95
Equipamento de transporte	718 276,60	541 885,35	0,00	176 391,25	720 219,60	592 855,54	0,00	127 364,06
Equipamento administrativo	279 904,44	233 603,48	0,00	46 300,96	282 122,16	250 041,61	0,00	32 080,55
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	512 643,01	418 852,03	0,00	93 790,98	740 267,89	476 315,21	0,00	263 952,68
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>166 520 635,14</b>	<b>63 693 260,32</b>	<b>0,00</b>	<b>102 827 374,82</b>	<b>170 740 360,94</b>	<b>66 329 242,23</b>	<b>0,00</b>	<b>104 411 118,71</b>

Anual 2022

Município de Vila Franca do Campo

Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências	Depreciações período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
<b>Bens de domínio publico, património histórico, artístico e cultural</b>						
Terrenos e recursos naturais	262 131,85	45 530,00		-12 483,00		295 178,85
Edifícios e outras construções	1 476 163,42		13 321,90	-77 394,53		1 412 090,79
Infraestruturas	66 361 795,97		7 275,47	-1 540 239,81		64 828 831,63
Património histórico, artístico e cultural	88 974,98	39 848,98		-2 647,67	-300,00	125 876,29
Bens de domínio publico em curso	1 178 786,55	3 039 829,46	-597 082,33			3 621 533,68
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	2 812 649,23	215 000,00		-3 329,68		3 024 319,55
Edifícios e outras construções	30 114 470,77	525 874,84	576 484,96	-807 764,95	-7 087,94	30 401 977,68
Equipamento básico	215 918,86	142 239,36		-80 100,26	-144,99	277 912,95
Equipamento de transporte	176 391,25	1 943,00		-50 970,19		127 364,06
Equipamento administrativo	46 300,96	8 773,08		-17 838,79	-5 154,70	32 080,55
Outros	93 790,98	229 104,35		-58 383,84	-558,81	263 952,68
<b>Total</b>	<b>102 827 374,82</b>	<b>4 248 143,07</b>	<b>0,00</b>	<b>-2 651 152,72</b>	<b>-13 246,44</b>	<b>104 411 118,71</b>



## Nota 9 – Imparidade de ativos

### Quadro V

*Handwritten signature*

*Handwritten signatures and initials*



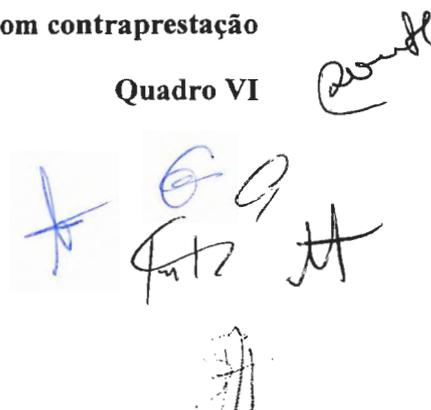
## Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	345 358,61	146 516,83	0,00	198 841,78
Investimentos financeiros	1 045 459,53	32 374,23	0,00	1 013 085,30
<b>Total:</b>	<b>1 390 818,14</b>	<b>178 891,06</b>	<b>0,00</b>	<b>1 211 927,08</b>

*Handwritten signatures and initials in blue and black ink.*

## Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

### Quadro VI



## Rendimento de transações com contraprestação até 31/12/2022

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
<b>704</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>				
7043	Taxas específicas das autarquias locais	506 695,83	0,00	0,00	0,00
7044	Multas e outras penalidades	16 092,12	0,00	0,00	0,00
<b>71</b>	<b>Vendas</b>				
712	Produtos acabados e intermédios	750 765,84	0,00	0,00	0,00
<b>72</b>	<b>Prestação de serviços</b>				
7203	Serviços específicos das autarquias locais	432 069,66	0,00	0,00	0,00
7205	Concessões	81 809,43	0,00	0,00	0,00
<b>78</b>	<b>Outros rendimentos</b>				
785	Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	191 957,51	0,00	0,00	0,00
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	209 737,47	0,00	0,00	0,00
7881	Correções relativas a períodos anteriores	28 279,27	0,00	0,00	0,00
7884	Ganhos em outros instrumentos financeiros	6 625,09	0,00	0,00	0,00
7885	Restituição de impostos	71 607,00	0,00	0,00	0,00
7889	Outros não especificados	0,56	0,00	0,00	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	8 068,56	0,00	0,00	0,00
<b>79</b>	<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>				
	<b>Total:</b>	<b>2 303 708,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

### Quadro VII

*Cont*

*X* *69*  
*Fut* *M*  
*1*

## Rendimento de transações sem contraprestação até 31/12/2022

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período		
<b>701</b>	<b>Impostos Diretos</b>					
70103	Derrama	160 769,94	0,00	0,00	0,00	0,00
70105	Imposto municipal sobre imóveis	1 423 768,64	0,00	0,00	0,00	0,00
70106	Imposto único de circulação	176 320,58	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>702</b>	<b>Impostos Indiretos</b>					
70210	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	844 894,30	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>75</b>	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>					
75111	Estado	5 637 294,61	0,00	0,00	0,00	0,00
7883	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	582 446,22	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>8 825 494,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>